

PR propõe ao governo federal R\$ 670 bi para o Plano Safra

Estado solicita 13% mais recursos que na safra anterior

O Paraná enviou ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) uma proposta de R\$ 670 bilhões para o Plano Safra para o período 2026/2027. Segundo o governo estadual, o documento sugere um aumento de 13% em relação ao volume liberado pelo Governo Federal na safra 2025/2026, quando foram disponibilizados R\$ 516,2 bilhões.

A solicitação também prevê redução de 3% nas taxas de juros aplicadas ao crédito rural no próximo ciclo. A divisão dos recursos sugerida prevê R\$ 486,3 bilhões destinados ao crédito de custeio e comercialização e R\$ 183,7 bilhões para investimentos.

O material foi elaborado de forma conjunta por entidades e órgãos ligados ao campo, incluindo a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), a Federação da Agricultura do Paraná (Faep), a Federação dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares do Paraná (Fetaep) e a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar).

Do total solicitado, R\$ 95 bilhões seriam direcionados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Outros R\$ 85 bilhões ficariam reservados ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

O restante, equivalente a R\$ 490 bilhões, atenderia produto-



Roberto Dziura Jr/AEN

Proposta inclui renegociação de dívidas para produtores afetados por adversidades climáticas

res de maior porte e cooperativas que utilizam linhas tradicionais de financiamento.

Além do envio ao Mapa, o conteúdo será encaminhado ao deputado federal Pedro Lupion, líder da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e à presidente do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), Tania Zanella.

O objetivo é ampliar o debate sobre o planejamento da próxima safra e reforçar a demanda por recursos voltados ao financiamento da produção. Entre os pontos apresentados está a sugestão de redução das taxas de juros aplicadas nas operações de crédito.

O cálculo considera projeções

para a taxa Selic, que pode encerrar 2026 em torno de 12,25% ao ano e cair para aproximadamente 10% em 2027. Para o Pronaf, a proposta indica juros entre 0,5% e 5% ao ano. No ciclo anterior, a variação ficou entre 0,5% e 8%.

No Pronamp, a indicação é de taxas entre 7% e 9,5% ao ano, enquanto na safra passada o índice foi de 10%. Já para produtores de maior porte e cooperativas, o pedido estabelece intervalo de 7,5% a 10%, abaixo dos 14% registrados no período anterior.

Entre os programas citados estão Moderfrota, Proirriga, Renovagro e o Programa de Construção de Armazéns (PCA). O

texto detalha valores, limites de financiamento e taxas aplicáveis a cada modalidade. Outro ponto abordado envolve mecanismos de proteção diante de perdas provocadas por eventos climáticos.

O documento propõe medidas para renegociação de dívidas e recomposição do capital de giro de produtores afetados por estiagem, geadas ou excesso de chuvas. Entre as alternativas indicadas está a prorrogação por 12 meses de financiamentos de custeio, mantendo as condições originais.

O objetivo é garantir condições financeiras para manutenção da produção e continuidade das atividades no campo.

Porto Alegre supera meta de vacinação do HPV

Porto Alegre (RS) registrou 92,54% de cobertura da vacina contra o HPV entre meninas e adolescentes de 9 a 14 anos, superando a meta de 90% definida pelo Ministério da Saúde para o público-alvo.

Entre os meninos da mesma faixa etária, o índice chegou a 75,96%. A estimativa da prefeitura é que 88,5 mil pessoas integrem o grupo prioritário de imunização na capital gaúcha. A vacina é disponibilizada gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em todas as unidades de saúde do município.

O esquema atual prevê aplicação em dose única para crianças e adolescentes de 9 a 14 anos. Os números representam avanço em relação ao cenário registrado no ano anterior. Em 2024, a cobertura entre meninas havia alcançado 89%, enquanto entre meninos ficou em 65,7%.

O crescimento ocorreu após ações de incentivo à vacinação e atividades realizadas em escolas por equipes das unidades de saúde.

Mesmo com a ampliação da cobertura, o percentual entre o público masculino permanece abaixo do índice recomendado pelo Ministério da Saúde. Por esse motivo, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) mantém campanhas para ampliar a procura pela imunização entre meninos e adolescentes.

Atualmente, a vacina também está disponível para pessoas de 15 a 19 anos que ainda não receberam a dose. Essa estratégia é temporária e segue até o final de junho.

Desde maio de 2025, quando a ampliação começou, foram aplicadas 2,7 mil doses. Segundo estimativa da prefeitura, cerca de 44,7 mil moradores ainda não receberam a proteção contra o vírus.

O HPV pode provocar infecções e está associado ao desenvolvimento de alguns tipos de câncer. Entre mulheres, o vírus está relacionado ao câncer de colo do útero.

A vacina oferecida pelo SUS é quadrivalente e protege contra quatro tipos do vírus: 6, 11, 16 e 18.

Além do público principal, a imunização também é indicada para pessoas imunocomprometidas entre 9 e 45 anos, como pacientes com HIV e Aids, oncológicos e transplantados. Nesses casos, o esquema prevê a aplicação de três doses do imunizante.

SC: Joinville registra o retorno de guarás-vermelhos aos manguezais

Guarás-vermelhos voltaram a ser vistos em Joinville, norte de Santa Catarina, após período de redução populacional. A presença das aves está associada à conservação e à recuperação de manguezais da Baía Babitonga.

O município abriga estuários formados pela mistura de água doce dos rios com a água do mar, ambiente onde a espécie encontra condições para alimentação, reprodução e abrigo.

Segundo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Sama), o manguezal é essencial para o ciclo de vida do guará. Essas áreas estão distribuídas em pontos como Lagoa do Saguau, Espinheiros, Adhemar Garcia e Parque Natural Municipal da Caieira.

A ave utiliza a vegetação para construir ninhos e buscar ali-



Divulgação/Sama-Joinville

Espécies são indicadores de preservação ambiental

mentação, que é composta por pequenos crustáceos, moluscos e outros organismos aquáticos.

A recuperação de trechos degradados e a proteção de áreas sensíveis são apontadas como fatores ligados ao reaparecimento.

Projetos de restauração, ações de fiscalização e estudos conduzidos por universidades contribuíram para melhorar as condições ambientais. Unidades como o Parque Natural Municipal da Caieira e a Reserva de Desenvol-

vimento Sustentável da Ilha do Morro do Amaral integram a estratégia de preservação.

O monitoramento de Áreas de Preservação Permanente (APP) envolve as secretarias de Meio Ambiente, Proteção Civil e Segurança Pública e Infraestrutura Urbana. As equipes realizam fiscalização para evitar ocupações irregulares e promovem limpeza com retirada de resíduos.

O acompanhamento inclui avaliação de impactos de obras próximas ao mangue. Além das regiões ribeirinhas, os guarás têm sido observados em áreas urbanas, como no entorno do Rio Cachoeira. A proximidade entre a cidade e o manguezal facilita o deslocamento das aves em busca de alimento. Registros também ocorrem no Morro do Amaral.